



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **0013777-52.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**  
 Requerente: **Neusa Celia Lemos de Menezes**  
 Requerido: **Banco Bv Financeira Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

NEUSA CELIA LEMOS DE MENEZES, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Consignação Em Pagamento em face de Banco Bv Financeira Sa, também qualificada, alegando tenha firmado com o réu contrato de financiamento de veículo para pagamento em 60 parcelas no valor de R\$ 610,02, no qual pactuadas cláusulas abusivas que geram lesão e desequilíbrio contratual, como a fixação de juros em desacordo com a Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*) e que geram anatocismo e ainda utilizam a tabela *price*, práticas sem as quais o valor da parcela do financiamento seria de R\$ 334,80 e com cujo recebimento enfrenta recusa do banco réu, de modo que pretende, mediante o depósito mensal da referida quantia, seja proibida a inscrição de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito, para que então sejam revistas as cláusulas do contrato com proibição da capitalização dos juros, limitando os encargos de inadimplência à comissão de permanência, e, ao final, ser reconhecida a suficiência dos depósitos e a quitação da obrigação.

A ré contestou o pedido sustentando que os juros foram pactuados dentre da lei, estando revogada a limitação ditada pelo art. 192, §3º, da Constituição Federal, negando, a seguir, a prática de anatocismo porquanto não exista capitalização dos juros já que se cuida de contrato de arrendamento mercantil, sem embargo do que aponta o autorizativo da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, asseverando que a comissão de permanência é regulada pelo Banco Central, defendendo a licitude da utilização da tabela *price*, de modo que conclui pela licitude das cláusulas do contrato e pela regularidade da inscrição do nome da autora nos cadastros de inadimplentes, resultando na improcedência da ação.

O autor não replicou, a despeito de intimado.  
 É o relatório.

DECIDO.

Com o devido respeito ao entendimento do autor, não há possibilidade de se pretender havida capitalização de juros ou aplicação dessa remuneração de forma linear, porquanto se cuida aí de dívida a ser paga em prestações de valor pré-fixado, com juros previamente calculados, o que impede o expediente de contagem de juros para soma ao capital e contagem de novos juros.

A propósito o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “*no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros*”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

rivado TJSP - 08/04/2013 <sup>1)</sup>).

E assim é porque “*em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida*” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 <sup>2)</sup>).

No que diz respeito à tabela *price*, é hoje pacífico o entendimento de inexistir anatocismo, a propósito do que vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “*A Tabela Price não compreende anatocismo*” (cf. Ap. nº 0046288-44.2011.8.26.0576 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 06/06/2012 <sup>3)</sup>).

Também a tese de uma possível usura na fixação dos juros é de ser descartada, pois “*A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco*”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “*tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade*” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 <sup>4)</sup>).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “*a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar*”.

Sobre a cumulação de encargos de inadimplência, embora não haja notícia clara de que o réu assim tenha agido, a cláusula 16.i. e 16.ii. do contrato deixa evidenciado que há previsão contratual para que a cobrança da comissão de permanência seja feita cumulativamente à cobrança de multa moratória de 2%, o que se tem entendido ilícito: “*COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - Cumulação com outros encargos moratórios. INADMISSIBILIDADE: A aplicação da comissão de permanência é permitida, durante o período de inadimplência em uma mesma operação, desde que haja previsão contratual e que não se acumulem a ela a correção monetária, os juros moratórios, os juros remuneratórios ou multa moratória*” (cf. Ap. nº 0024934-43.2012.8.26.0344 - 37ª Câmara de Direito Privado TJSP - 01/04/2014 <sup>5)</sup>).

Poder-se-ia então argumentar que, sem a efetiva cobrança, careceria interesse processual à revisão da cláusula.

Cumprir considerar, contudo, que a mora e o inadimplemento da autora são manifestos, de modo que a situação de fato necessária à aplicação da referida cláusula já existe, sendo, pois, premente definir-se a questão, até porque a contestação do réu deixa evidente a intenção de fazer valer o dispositivo contratual.

Assim é que a ação é parcialmente procedente, apenas para proibir ao réu, durante o período de inadimplência do contrato, aplicar a cláusula 16 em sua integralidade, devendo optar por um ou outro dos encargos moratórios, quais sejam, a multa moratória de 2% (cf. cláusula 16.i.) ou a comissão de permanência (cf. cláusula 16.ii.).

O autor, sem embargo, sucumbe em porção do pedido que se pode estimar superior a dois terços (2/3) das pretensões, em valor e importância, de modo que não obstante a parcial procedência da ação, cumprirá a ele arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>2</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>3</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>4</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>5</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que COMINO ao réu BANCO Banco Bv Financeira Sa a **proibição** de aplica, no período de inadimplência do contrato, a *cláusula 16* em sua integralidade, devendo optar por um ou outro dos encargos moratórios nela previstos, quais sejam, a multa moratória de 2% (*cf. cláusula 16.i.*) ou a comissão de permanência (*cf. cláusula 16.ii.*), e CONDENO o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 04 de abril de 2014.